



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

CADERNO 3

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - CONTRATAÇÕES DIRETAS

Decisor:	Gustavo Henrique Mendes Gabriel da Silva
Unidade Demandante:	Secretaria de Gestão Predial
Equipe de Planejamento:	Hudson Luiz Guimarães – Luís Fernando Rezende Ferreira - Rogéria Beatriz de Oliveira Borges
Integrante demandante:	Marcone Dimitrov Souza Cardoso
Integrante Técnico:	Rafael Weber Cirino
Integrante Administrativo:	Luís Fernando Rezende Ferreira

I – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Este instrumento visa atender à necessidade de manter a vida útil de todas as nossas edificações, garantindo as condições de uso, a segurança, a sustentabilidade, a acessibilidade, o conforto e a funcionalidade, com vistas a tornar possível a prestação das atividades jurisdicionais em todo o Estado de Minas Gerais, considerando 8 lotes distintos para prestação de manutenção predial às 8 regiões previamente definidas. Cada região tem como referencial uma cidade polo para efeitos de planejamento, cálculo de deslocamentos e estipulação de prazos de atendimento

Além disso, as contratações trarão ajustes, ressaltando ainda mais a priorização das manutenções prediais preventivas, com **aprimoramentos da sua forma de realização e adequação das operações à [Resolução 365 do CSJT de 29/09/23](#)**, publicada em data posterior à licitação anterior.

Oportunamente, este instrumento sana também necessidades oriundas de sanar a situação dos contratos até agora vigentes.

São as seguintes as regiões que são alvos de manutenção predial, assim denominadas: 01- Montes Claros; 02- Uberlândia; 03- Varginha; 04- Juiz de Fora; 05- Gov. Valadares; 06- 2ª Instância BH; 07- 1ª Instância GBH e 08- Central Minas.

II - PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANEJAMENTO DO TRT

A presente contratação está relacionada com o Objetivo Estratégico 2: “Promover ambientes de trabalho seguros e protegidos, a dignificação do trabalhador, a não discriminação de gêneros, raça e diversidade, o combate ao trabalho infantil, bem como a gestão e o uso sustentável, eficiente e eficaz dos recursos sociais, ambientais e econômicos, visando o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas – Agenda 2030. ”

II.1 - PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO TRT



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

As contratações de manutenção predial continuada, de serviços comuns de engenharia, de empreitada por preço unitário, sem cessão de mão de obra exclusiva, numa nova configuração modernização e ajustando às premissas definidas pela Resolução 365, com maior e melhor infraestrutura, nas 8 regiões, em substituição às contratações vigentes e em final de vigência, Região 1 (contrato 23SR004); Região 2 (contrato 21SR037); Região 3 (contrato 23SR044); Região 4 (contrato 21SR048); Região 5 (contrato 23SR045); Região 6 (contrato 23SR050); Região 7 (contrato 23SR057) e Região 8 (contrato 23SR058), encontrando-se previstas no Plano Anual de Aquisições – Exercícios 2023, 2024, 2025 e 2026. **Frise-se que o que temos aqui é a substituição de 8 contratações já existentes.**

II.2 - PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PDTIC DO TRT

Não se aplica.

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- Contratação de empresas especializadas em manutenção predial que possua infraestrutura profissional/operacional suficiente para garantir atendimento simultâneo de serviços corretivos e emergenciais, com qualidade e agilidade nas unidades da Justiça do Trabalho distribuídas em cada uma das 8 regiões, em Minas Gerais sem negligenciar os serviços preventivos já programados. Existe a demanda por melhoria no Termos de Referência para melhor atender às demandas e principalmente acrescer atribuições recomendadas pela recentemente publicada [Resolução 365/23 do CSJT](#). Sobretudo, é objetivo desta SEGPRE melhorar a performance das manutenções preventivas e melhor aferir a eficiência, o desempenho, a qualidade e a satisfação dos usuários, além de incrementar o interesse de empresas com potencial de prestação de um bom serviço ao TRT-3.
- Contratação com prazo inicial de 5 anos, prorrogável por até 10 anos.
- Composição de custos com pagamento integral de equipe mínima (MGCO e MGAO) – Administração local, somadas a equipe auxiliar composta por 2 profissionais à distância, com aumento da eficiência da fiscalização e atendimento de demandas de gestão, que atualmente retiram da equipe executora tempo precioso que em tese estaria computado na execução do serviço de manutenção em si, mas que, na prática, é gasto em trâmites administrativos. Assim, ambas as frentes acabam deficientes.
- Melhorias nos serviços de gerenciamento que deverão ser conduzidos por profissionais experientes (encarregado), sendo recomendável e preferencialmente no mínimo de 12 meses como gerente/encarregado em manutenção predial ou obras, conforme composição.
- Os profissionais eletricitas e oficiais deverão possuir experiência em manutenção predial mínima de 12 meses.
- A empresa deverá possuir cadastro de profissionais locais para atendimento das solicitações emergenciais e corretivas que comprometerem a segurança e funcionamento da prestação dos serviços jurisdicionais, com relatório trimestral, contendo pelo menos 2 profissionais em cada cidade.
- A empresa deverá possuir recursos para fornecimento de insumos, ferramentas e maquinários, em quantidade e qualidade, para o atendimento das demandas.
- A necessidade deve ser atendida a partir da ordem de serviços, no prazo máximo de 60 dias após assinatura dos respectivos contratos, quando terminados e rescindidos os contratos vigentes.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

IV – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS

Critérios para estabelecimento de quantitativos máximos globais, para fins de disponibilidade orçamentária, para o período de 5 anos:

- **Para as regiões 1 a 5 e 8:** (MGCO – Administração Local) 1 Encarregado Geral, no mínimo, que exercerá a função de gestor técnico/administrativo do contrato, 1 Oficial eletricitista, 1 Oficial bombeiro encanador, 1 Oficial pedreiro e 1 Oficial geral (Telhadista / pintor).

- **Para as regiões 6 e 7:** (MGAO – Administração Local) 2 Encarregados Gerais, no mínimo, que exercerá a função de gestor técnico/administrativo do contrato, 2 Oficiais eletricitistas, 2 Oficiais bombeiros encanadores, 2 Oficiais pedreiros e 2 Oficiais gerais (Telhadista / pintor).

As contratações ocorrerão por um período de 60 meses, ou 5 anos, prorrogáveis por até 120 meses, ou 10 anos, em substituição a 8 contratações em vigor. O reajuste de preços unitários será aplicado observando-se o interregno de 12 (doze) meses da data do orçamento a que se referem, atualizados de acordo com as respectivas publicações de referência atualizadas.

É necessário priorizar a execução das manutenções preventivas em nossas unidades. Preventivas com o tempo atenuam corretivas, aumentam a disponibilidade das edificações e reduzem o custo de manutenção, uma vez que um problema permanente tende a se agravar e a gerar outros decorrentes.

Estes novos contratos buscam melhorar a infraestrutura disponível para que as preventivas ocorram a todo tempo e de forma aprofundada.

O tempo estimado para elas foi definido em cada imóvel como sendo o mínimo razoável para a realização de todas as atividades preventivas e corretivas delas decorrentes e de menor porte que devem ser iniciadas e finalizadas em uma mesma visita.

Foi elaborado um cronograma de manutenções preventivas, trimestrais para as regiões 1 a 5, 8, e para as cidades do interior e imóveis menores de Belo Horizonte da Região 7. As preventivas serão bimestrais para a região 6 e grandes edificações em BH da Região 7. Os critérios referenciais adotados foram: mínimo de 24 horas (3 dias completos) para prédios de até 1.200m²; 32 horas para prédios entre 1.201 a 2.700m² (3 dias completos); 40 horas para prédios entre 2.701m² a 5.000m² (5 dias completos).

Foram definidas rotinas a serem cumpridas nas preventivas, consolidadas em checklist específico, a ser executados e registrados a cada evento. Em consonância com a [Resolução 365/23 do CSJT](#), estes checklists fazem parte dos Planos de Manutenção Predial (PMPs) construídos para cada edificação e toda a sistemática da manutenção estará em consonância com a **Política de Manutenção Predial do TRT 3**, que está sendo construída conjuntamente com esta nova contratação.

Além da observância dos itens a serem realizados nas preventivas, o tempo necessário para sua execução deve considerar as previsões de deslocamentos e diárias da equipe do contrato. Partimos da observação das contratações anteriores de manutenção predial, confrontando os valores previstos com os de fato realizados, em levantamento retirado do Sistema de Gestão Predial referentes aos últimos 30 ou 60 meses (de acordo com os dados de cada contrato), conforme descrito na tabela:



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Critério adotado: Deslocamentos (60 meses) Estimativo para orçamento	Relação proporcional à área total de construção e à quantidade de imóveis	km	77.014	97.468	127.473	81.088	128.741		49.818	52.924
Critério adotado: Diárias (60 meses) Estimativo para orçamento	Relação proporcional à área total de construção dos imóveis a ser mantida	pernoite	693	877	1.657	730	1.030			1.164
Previsão nas últimas contratações			Região 1	Região 2	Região 3	Região 4	Região 5	Região 6	Região 7	Região 8
Deslocamento			55.262	80.090	93.791	30.660	113.501		43.915	47.236
Diárias			476	1.355	1.719	1.080	1.080			1.113
Levantamentos anteriores										
Deslocamento			73.584	72.321	114.314	50.234	67.838		29.394	41.362
Diárias			658	1.051	1.704	1.074	882			1.256

A estimativa do deslocamento foi feita a partir de três pressupostos como demonstrado acima. Verificou-se as previsões definidas em todas as contratações anteriores, em seguida verificou-se os quantitativos executados no sistema predial, considerando as contratações vigentes. Com alteração do termo de referência, com novos detalhamentos e obrigações da contratada, especialmente para atender pressupostos definidos pela Resolução 365 do CSJT, de 29/09/23, projetou-se com os dados levantados, uma a relação compatível entre a área total dos imóveis de cada região e a quantidade de imóveis de cada região, conforme planilha apresentada. Na Região 7, onde o deslocamento é menor, pois a metade dos imóveis se localiza na capital, demonstrou-se compatível o percentual de 25% da área total dos imóveis fora da capital e a quantidade de imóveis também fora da capital. Já na Região 8, onde as distâncias entre as cidades são demasiadamente inferiores, se demonstrou compatível a utilização do percentual de 50% da área total dos imóveis.

Para a estimativa de quantidade de diárias, item 2.2 da Planilha de Custos e Formação de Preços, foram considerados também os três pressupostos aferidos para os deslocamentos, ou seja, com a alteração do termo de referência, com novos detalhamentos e obrigações da contratada, especialmente pressupostos definidos pela [Resolução 365 do CSJT, de 29/09/23](#), com priorização das manutenções preventivas. Em seguida projetou-se a partir dos dados levantados uma relação compatível entre a área total dos imóveis de cada região, conforme planilha apresentada. Na Região 7, onde o deslocamento é menor, pois a metade dos imóveis se localiza na capital, demonstrou-se compatível com a área total dos imóveis fora da capital. Já na Região 6, onde todos os imóveis encontram-se na Capital, não haverá o pagamento de diárias.

Nesse sentido observando-se os estudos e pressupostos definidos, para o primeiro ano de vigência, projetou-se o quantitativo estimativo de diárias, compatível com os dados levantados, atrelando o seu número à uma relação com a área total dos imóveis de cada região, de resultado semelhante, similar e representativo ao comparado com os critérios anteriores. Para a região 6, frisamos, não há impactos oriundos de deslocamentos e diárias, por possuir imóveis somente em Belo Horizonte.

Para efeito de estimativa dos históricos de consumo e do valor global, com base nos quantitativos de contratos anteriores, observou-se que os valores de serviços e materiais utilizados correspondem, com algumas pequenas variações de acordo com cada região, de 50% do custo com o MGCO/MGAO, sendo uma tendência firme que pode ser adotada com segurança salvo um melhor juízo.

Os quantitativos poderão variar em quantidade, serviços e insumos, tendo em vista o transcorrer do contrato e as demandas que efetivamente possam vir a surgir, considerando aspectos de manutenção predial preventivas e corretivas relacionados diretamente com cada edificação, características das instalações, acabamentos, revestimentos, cobertura, área construída, distâncias até as cidades polos, intervenções emergências, etc., limitadas tão somente ao valor global estimativo para 5 anos.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Composição Manutenção Gerencial e Carro Oficina (MGCO) - Regiões 1 a 5 e 8:

COMPOSIÇÃO MGCO (Manutenção Geral e Carro Oficina) - SINAPI 04/25		
Encarregado (técnico em edificações)	100534	R\$ 6.134,99
Eletricista com periculosidade R\$5.162,12 (1,3 x código 40918 da composição) = 6.304,32x2	101399*	R\$ 6.304,32
Oficial Bombeiro	101402	R\$ 4.978,36
Oficial Pedreiro	101445	R\$ 5.111,13
Oficial Serviços Diversos (Telhadista / Pintor) pintor	101446	R\$ 5.433,43
Total		27.962,23

Composição Gerenciamento e Plantão Técnico (GPT), deslocamento e diárias:

Composição GPT		
Almoxarife com encargos complementares/mês	93563	R\$ 2.136,28
Engenheiro civil de obra junior com encargos complementares/h (48horas)	90777	5.646,72

SETOP (01/2025 - Desonerado) Central		
Deslocamento intermunicipal	CO-27499	1,25/km
Diária com pernoite, exclusive transporte, inclusive alimentação	CO-24324	258,00/pessoa

Composição Manutenção Gerencial e Execução de Atividades Ordinárias (MGAO) Região 6 e 7:

COMPOSIÇÃO MGAO (Manutenção Gerencial e Execução de Atividades Ordinárias) - Desonerada (SINAPI 04/2025)		
Encarregado (ref. Técnico Edificações) x 1	100534	R\$ 6.134,99
Oficial Geral (ref. eletricista com periculosidade) R\$5.162,12 (1,3 x código 40918 da composição)= 6.304,32x2	101399*	R\$ 12.608,64
Oficial Geral (ref. Bombeiro) x2 (4.978,36)	101402	R\$ 9.956,72
Oficial Pedreiro	101445	R\$ 5.111,13
Oficial Geral (ref. Pintor)x1	101446	R\$ 5.433,43
Oficial Serviços Diversos - Telhadista (ref. carpinteiro de formas) x2 (5.041,25)	101397	R\$ 10.082,50
Encarregado Líder (ref. Encarregado Geral de Obra) x 1	93572	R\$ 9.537,77
Total Mês		R\$ 43.192,42



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Composição Eletricista com adicional de periculosidade:

03.SEDI.EC OM.029/01	101399	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Mês		Encargos Complementares	Periculosidade
INSUMO	40918	ELETRICISTA	Mês	1,0000000	3.807,32	1.142,20
INSUMO	40862	ALIMENTACAO - MENSALISTA (COLETADO CAIXA)	Mês	1,0000000	399,66	
INSUMO	40861	TRANSPORTE - MENSALISTA (COLETADO CAIXA)	Mês	1,0000000	162,40	
INSUMO	40863	EXAMES - MENSALISTA (COLETADO CAIXA)	Mês	1,0000000	270,51	
INSUMO	40864	SEGURO - MENSALISTA (COLETADO CAIXA)	Mês	1,0000000	15,46	
INSUMO	43472	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Mês	1,0000000	161,73	
INSUMO	43496	EPI - FAMILIA ELETRICISTA - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Mês	1,0000000	238,02	
COMPOSICAO	101313	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ELETRICISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - MENSALISTA	Mês	1,0000000	107,02	
TOTAL						6.304,32

Composição hora Eletricista com adicional de periculosidade:

03.SEDI.EC OM.029/01	88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	Codf		
INSUMO	2436	ELETRICISTA	H	1,30	21,57	28,04
INSUMO	37370	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	1,0000000	2,12	2,12
INSUMO	37371	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	1,0000000	0,86	0,86
INSUMO	37372	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	1,0000000	1,14	1,14
INSUMO	37373	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA)	H	1,0000000	0,08	0,08
INSUMO	43460	FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,0000000	0,86	0,86
INSUMO	43484	EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	H	1,0000000	1,26	1,26
COMPOSICAO	95332	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA ELETRICISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	H	1,0000000	0,80	0,80
SINAPI: Data referência técnica: 04/2025					Valor hora com periculosidade	35,16



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Critérios: Áreas Edificadas e Quantidades de imóveis por região - Distância das cidades Polo - Manutenção preventiva prioritária - Características das edificações		
Preventivas: Quatro visitas anuais. Reg. 1 a 5 - 8; Reg. 6 (Espírito Santo) e Reg. 7 (Mato Grosso, Amazonas, Pedro II e GBH)		
Preventivas: BH: Seis visitas anuais (Região 6 e 7)		
Fonte Km: Google.		Deslocamento: Toda rota intermunicipal
Diárias somente para cidades distantes acima de 50Km da polo.		
Região 6 e 7 não haverá pagamento de diária		
Cidades abaixo de 200Km, considerou-se que retornarão no último dia para a polo.		
Acima de 200km: 1 diária a mais se terminar após 16:00.		
Na sexta-feira volta obrigatoriamente.		
Critério geral por área de imóvel: 24 horas até 1.200m² / 32 horas de 1.201 a 2.700m² / 40 horas de 2.701 a 5.000m² - Acima de 5.001m²: proporcionalidade entre área total e hora máxima adotada no item anterior		

V – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Qual a justificativa para a contratação?

Segundo a norma ABNT NBR 5674/2012 (Manutenção de edificações – Requisitos para o Sistema de Gestão de Manutenção), é inviável, sob o ponto de vista econômico, e inaceitável, sob o ponto de vista ambiental, considerar as edificações como produtos descartáveis, passíveis da simples substituição por novas construções quando os requisitos de desempenho atingem níveis inferiores àqueles exigidos pela ABNT NBR 15575/2013 (Desempenho de edificações habitacionais). Isto exige que a manutenção das edificações seja levada em conta tão logo elas sejam colocadas em uso.

A elaboração e a implantação de um programa de manutenção preventiva nas edificações, e a possibilidade de realização de eventuais corretivas, além de serem importantes para a segurança e a qualidade de vida dos usuários, são essenciais para a manutenção dos níveis de desempenho das edificações ao longo de sua vida útil projetada.

Baseadas na experiência acumulada em anos anteriores, esta gestão considera ser oportuna a implementação de melhorias que proporcionarão, a nosso ver, um incremento significativo das operações, principalmente nas manutenções preventivas de nossas instalações, assegurando a prestação jurisdicional com segurança e eficiência. Adicionalmente, buscamos neste processo alinhar ainda mais a nossa manutenção predial aos preceitos sedimentados na Resolução CSJT nº 365, de 29 de setembro de 2023, que fixa a Política de Manutenção Predial e provê melhorias nos processos com vistas a:

- I - garantir a conservação dos imóveis, instalações e equipamentos, visando prolongar a vida útil e o valor patrimonial;
- II - manter as instalações em pleno funcionamento, assegurando o desempenho adequado de sistemas e equipamentos, tais como sistemas elétricos, de climatização, elevadores e redes hidráulicas;
- III - proporcionar um ambiente de trabalho seguro, confortável e funcional, contribuindo para o bem-estar e a produtividade dos ocupantes dos imóveis;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

IV - garantir a observância dos padrões de segurança de edificações e suas instalações e equipamentos, de maneira a reduzir a possibilidade de acidentes e suas consequências;

V - cumprir normas, regulamentos e legislações aplicáveis à manutenção predial, sobretudo quando relacionados à segurança, higiene, acessibilidade e sustentabilidade;

VI - estabelecer conformidades de natureza técnica que permitam e facilitem a avaliação da adequação aos parâmetros estabelecidos pelos órgãos fiscalizadores;

VII - identificar eventuais falhas de segurança que possam comprometer a estabilidade das construções;

VIII - desenvolver um Plano de Manutenção Predial de acordo com a norma ABNT NBR 5674, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, visando à definição, ao monitoramento e ao acompanhamento das ações;

IX - minimizar os custos operacionais por meio da implementação de ações de manutenção preventiva; e

X - proporcionar o aperfeiçoamento da gestão administrativa e financeira da Justiça do Trabalho, em alinhamento ao macrodesafio de “aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira”, estabelecido na Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021/2026, instituída pela Resolução CNJ n.º 325, de 29 de junho de 2020.

Além de atender ao disposto na resolução, publicada em data **posterior** à última licitação, foram analisadas todas as últimas contratações realizadas e aquelas em curso, ajustando e acrescentando critérios no escopo no novo Termo de Referência. Tomando-se como pressupostos a experiência nos parâmetros adotados anteriormente e, baseando-se neles, foram acrescentados novos referenciais, de tal forma a melhor espelhar os critérios objetivos dos resultados esperados e a eficácia em seu atingimento, de forma a priorizar manutenções preventivas como forma de reduzir as manutenções corretivas, atendendo ainda em certa medida a demandas extras de serviços de engenharia. E, como medida mitigadora de danos causados por prestadores deficitários, foram adotados critérios mais objetivos para notificação, advertência, multa e rescisão contratual.

A proposição de uma nova licitação é também oportuna, não só pelo teor das alterações e a melhora vislumbrada na prestação do serviço, mas também pelo momento em que uma das contratadas manifestou o desinteresse em prorrogar seu contrato alegando desvantagem econômica, outros dois contratos se encaminham para o término de suas vigências sem possibilidade de nova prorrogação e, finalmente, os demais têm sua operação custosa para a equipe da SEGPRES em termos de relacionamento em função do atendimento deficiente às demandas.

A Manutenção Predial se trata de atividade de caráter continuado, imprescindível à manutenção das instalações físicas, à integridade do patrimônio público e à continuidade das atividades jurisdicionais.

Quais as soluções disponíveis no mercado (produtos, fornecedores, fabricantes, etc.) que atendem aos requisitos especificados?

Existe disponibilidade de empresas especializadas em manutenção predial, contratadas por empreitada por preço unitário, sem cessão de mão de obra exclusiva, para execução de serviços de manutenção predial, adaptações e serviços comuns de engenharia, com fornecimento de serviços, mão de obra, materiais e demais insumos. Tal solução já vem sendo adotada por este tribunal.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Quais as justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar?

O TRT 3ª Região não possui em seu quadro de pessoal profissionais especializados com qualificação e capacitação e em quantidade para realizar serviços de manutenção predial.

Além disso, seria necessária toda uma logística de aquisição, armazenamento e transporte caso as operações fossem executadas de forma direta. O TRT da 3ª Região não possui almoxarifado, frota e pessoal disponível para o manejo dos insumos necessários para a manutenção. A variedade de itens de construção e acabamentos a ser mantido para rápida reposição e sua distribuição em todo o estado seriam consideráveis. A melhor solução é a contratação, para execução indireta, por empreitada por preço unitário, por demanda, com intervenções preventivas e corretivas, sem cessão de mão de obra exclusiva.

Quais são as normas que disciplinam o objeto da contratação?

- ABNT NBR 5674/2024: Manutenção de edificações – Requisitos para o sistema de gestão de manutenção.
- ABNT NBR 15575/2013: Edificações habitacionais – Desempenho.
- ABNT NBR 9050/2020: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- ABNT NBR 5626/2020: Instalação predial de água fria.
- ABNT NBR 5410/2020: Instalações elétricas de baixa tensão.
- ABNT NBR 14565/2019: Cabeamento estruturado para edifícios comerciais e data centers.
- ABNT NBR 9077/2001: Saídas de emergência em edifícios.
- ABNT NBR 16280/2024: Reformas em edificações – Sistemas de gestão de reformas – Requisitos.
- ABNT NBR 5419/2015 (parte 1 a 4): Proteção contra descargas atmosféricas.
- ABNT NBR 6118/2023: Projeto de estruturas de concreto – Procedimento.
- ABNT NBR 10821/2023 (todas as partes): Esquadrias externas para edificações.

Há registro de ocorrências negativas ocorridas em contratações anteriores similares?

- Dispêndio de horas de trabalho dos servidores da SEGPRES e de outras secretarias nas tratativas de renovação dos contratos, sendo que com prazos iniciais de 12 meses, trazia anualmente a preparação de novos Termos Aditivos (TA), cujas etapas envolvem e não se limitam a: consulta ao contratado quanto ao interesse na manutenção do ajuste e negociação de preços; verificação e obtenção de documentos de situação regular diante de diversas entidades públicas, como também de análises de documentos contábeis, comprovação da vantajosidade da contratação, elaboração de orçamentos e etc.
- Além dos servidores da Secretaria de Gestão Predial, estão envolvidos diretamente em cada formulação de TA os da Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF), Diretoria de Administração (DADM), Assessoria de Ordenação e Despesa (ASOD), Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos (AJLC) e da Secretaria de Licitações e Contratos (SELC). Estima-se tempo médio de 60 dias, quando tudo ocorre sem nenhum embaraço, para se tramitar 1 TA para renovação de



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

vigência, não computados aí o tempo necessário para sua preparação/organização desse processo por parte dos servidores da SEGP. Temos também o tempo gasto com as tratativas dos processos de reajuste de preços anuais que não possuem datas coincidentes com o início das vigências.

- Atraso na apresentação de propostas para solução de problemas variados, principalmente quando há necessidade de subcontratação de empresas especializadas ou compra de insumos não especificados nas planilhas licitadas.
- Descontos excessivos no processo licitatório, gerando constantes desgastes com a fiscalização, uma vez que a empresa, para garantir o lucro, protela a execução de serviços que consideram menos lucrativos, o envio de orçamentos ou as soluções de problemas, dentre outros.
- Quantidade insuficiente de mão-de-obra disponibilizada pela contratada, gerando dificuldades diversas para início e término de serviços de manutenção preventiva, corretiva e programada, ocasionando desgastes com a equipe de fiscalização do contrato e áreas demandantes.
- Atraso no atendimento das solicitações de serviços de manutenção predial, principalmente os corretivos e programados.
- Falta de administração das solicitações colocadas no “Sistema de Gestão Predial”, como agendamentos e fechamentos de serviços executados.
- Execução de serviços através de empresas notadamente sem infraestrutura profissional / operacional suficiente para atender demandas simultâneas em unidades distintas do Tribunal, Fórum e Varas, gerando inúmeras solicitações sem o devido atendimento.
- Manutenções preventivas proteladas em função de equipe insuficiente. Poucas manutenções preventivas geram muitas corretivas, que por sua vez geram aumento de custos e ainda menos tempo para execução adequada de preventivas.

Quais ações podem ser adotadas para evitar a repetição das ocorrências negativas supracitadas?

- Contratação com prazo inicial de 5 anos, com possibilidade de renovação por igual período. Assim, os serviços que envolvem a formulação de Termos Aditivos anuais passariam a ocorrer a cada 5 anos, considerando o valor global contratual atualizado para o 2º período de 5 anos, independentemente do valor efetivamente pago no decorrer de sua 1ª vigência.
- Contratação de empresa especializada em manutenção predial que possua infraestrutura operacional/profissional suficiente para garantir atendimento simultâneo de serviços corretivos, emergenciais e programados com qualidade e agilidade nas unidades da JT distribuídas na região, sem negligenciar os serviços preventivos já programados.
- Previsão no contrato da possibilidade de apropriação de mão de obra suplementar e extraordinária à prevista na equipe mínima para auxílio na execução dos serviços de manutenção. Exemplos de casos que serão admitidas contratações suplementares e serviços extraordinários: serviços de maior porte, atendimentos emergenciais em cidade diversa da cidade polo, subcontratações, contratação de profissional especializado, contratação de mão de obra para dar suporte quando a equipe mínima estiver envolvida em outras atividades, em especial na execução prioritária das preventivas, e etc.
- Pagamento integral de equipe mínima redimensionada e composta por: 1 encarregado geral, 1 oficial bombeiro, 1 oficial eletricista, 1 oficial pedreiro e 1 oficial geral (telhadista ou pintor),



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

denominada MGCO, com possibilidade de apropriação de mão de obra em casos específicos. Para as regiões 6 e 7 equipes compostas por: 2 encarregados geral, 2 oficiais bombeiro, 2 oficiais eletricitista, 2 oficiais pedreiro e 2 oficiais geral (telhadista ou pintor), denominada MGAO, com possibilidade de apropriação de mão de obra em casos específicos. E ainda para cada região 2 profissionais auxiliares à distância para coordenação, acompanhamento, apoio às atividades de gerenciamento e atendimento do Sistema de Gestão Predial e nas aquisições demandadas.

- Implemento do Acordo de Nível de Serviços, com atuação mais rigorosa por parte da Fiscalização e Indicadores de Medição, acrescentando o Índice de Nível de Satisfação, em observância à Res. 365.
- Melhoria na sistemática de pagamento dos serviços executados pela equipe do MGCO ou MGAO quando realizados fora do horário comercial (8:00 às 18:00), em finais de semana ou em feriados nacionais e estaduais. Não serão considerados serviços extraordinários aqueles executados nos recessos e feriados próprios apenas da Justiça do Trabalho.
- Melhorias na previsão de garantia para apresentação de propostas pelas licitantes. Acréscimo de garantia quando o desconto ofertado pela licitante for superior a 7,5% e a 12,5%. Previsão de inexequibilidade do contrato quando apurado desconto superior a 15%, salvo comprovação por contratações anteriores, concluídas, adotando-se preços unitários e BDI, similares e equivalentes aos propostos.
- Previsão de contratada apresentar sede ou filial, na região correspondente à sua proposta, ou na GRANDE BELO HORIZONTE, de forma a tornar mais eficiente as intervenções emergenciais de manutenção predial, bem como autonomia e disponibilização imediata prestação dos serviços de manutenção predial, o que caso contrário demonstrou um grande dificultado na prestação dos serviços de manutenção predial, de empreitada por preço unitário, sem cessão exclusiva de mão de obra.

Há necessidade de que a atual contratada transfira conhecimento, técnicas ou tecnologias para a nova contratada?

Não há necessidade, trata-se de serviços comuns de engenharia.

Há necessidade de insumos cuja previsibilidade não seja possível neste momento? Quais mecanismos devem ser incluídos no TR para tratar desta questão?

Sim. Incluído no TR que os itens que não constarem nas planilhas oficiais e sejam oriundos direto de mercado deverão receber o mesmo desconto dado na licitação, ou seja, no BDI. No caso desses itens de mercado, deverão ser adotados critérios para aferição de preços, detalhados no TR, assim como aqueles referentes tão somente à disponibilização de material.

Deve ser ressaltado que o valor global estimativo pode variar no curso da execução dos contratos, em razão da imprevisibilidade do objeto, do número de prédios atendidos, das diversas características dos imóveis e das situações de emergência e excepcionais que ocorrem durante a vigência, ou seja, na execução dos contratos poderão ser acrescidos, percentuais nos limites legais, sem prejuízo de erro, equívoco, ou mau dimensionamento prévio, mantidas as demais condições contratuais.

Há contratações similares feitas por outras entidades que possam ser usadas como fonte para pesquisa de novas metodologias, tecnologias ou inovações?

Sim.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

VI – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Trata-se de bens e serviços em geral?

Não. Trata-se de contratação de obras e serviços comuns de engenharia, de manutenção predial, de forma continuada, para conservação, restauração de todos os bens, acabamentos e instalações componentes e integrantes das edificações, sem cessão exclusiva de mão de obra.

Qual o método utilizado para estimar as quantidades a serem contratadas? Como este método está documentado?

Foram levantados os históricos das previsões de todas as contratações de manutenção predial, de todas as regiões entre 2021 a 2023, o levantamento no Sistema de Gestão Predial dos serviços executados nos últimos anos, projetando-os para um período de 60 meses e foi estabelecido um critério estimativo, considerando os pressupostos e as alterações do termo de referência, atentando-se à priorização das manutenções preventivas, alteração na equipe técnica disponibilizada, acréscimo de obrigações da contratada, maior detalhamento e rigor nas aferições e medições mensais, onde foi possível determinar uma relação entre as áreas totais edificadas de cada região e as quantidades de imóveis, considerando agora uma melhor performance e priorização nas manutenções preventivas, em especial atenção ao disposto na [Resolução 365 do CSJT, de 29/09/23](#), conforme disposto no **Anexo 7**.

A estimativa do valor da contratação utilizou quais fontes para sua definição?

A estimativa de valores foi obtida a partir das planilhas SINAPI abril de 2025 (publicação: 09/05/2025) e SETOP janeiro de 2025 (publicação: 25/03/2025) mais atualizados e disponibilizados até 31/05/25, data da conclusão dos orçamentos.

É viável realizar a pesquisa de mercado?

Os custos unitários foram obtidos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), os itens não encontrados no SINAPI, foram obtidos na planilha SETOP da região central de Minas Gerais, padronizado para as 8 regiões em Minas Gerais, pela similaridade conforme previsto no 23, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021.

É adequada a pesquisa de preços pela técnica de avaliação de preços praticados no mercado pelo próprio fornecedor?

Não se aplica.

No caso de preços praticados pelo próprio fornecedor, há parâmetros que permitam aferir sua razoabilidade?

Não se aplica.

Foram encontrados preços de objetos similares no PNCP?



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Não, pois adotou-se planilhas específicas oficiais, contendo todos os itens do SINAPI e de forma supletiva e complementar do SETOP conforme Anexo, as mais atualizadas e disponibilizadas, até 31 de maio de 2025, data da conclusão dos orçamentos.

É adequada a pesquisa de preços praticados pelo mercado?

Não, pois adotou-se valores unitários de tabelas oficiais específicas para serviços de manutenção predial.

Foram encontrados preços de objetos similares ofertados na internet?

Não se aplica.

Foram obtidos preços diretamente junto aos fornecedores?

Não foram obtidos preços diretamente junto aos fornecedores.

Há outras formas de pesquisa de preços que possam ser utilizadas?

Não.

Há variações significativas entre os preços obtidos que justifiquem a desconsideração de algum deles?

Não.

É adequada a pesquisa de preços por meio da técnica Composição de Custos Unitários + BDI?

Sim.

No caso de utilização da Composição de Custos Unitários + BDI, quais as fontes de preços a serem usadas e qual a justificativa para sua escolha? Trata-se de obras e serviços de Engenharia? Se sim, deve-se observar o art. 23, §2º da Lei 14.133/21:

Na composição de custos unitários com acréscimo de BDI foram utilizadas como fontes de preços as tabelas de SINAPI e SETOP, conforme Anexo, para as 8 regiões.

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS OU PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO

Anexo 9 - SINAPI_Referência_2025_04

Anexo 9 - SETOP_SICOR_Referência_2025_01

Anexo 2 - BDI_- Regiões 1 a 8

Tabela 1 – MGCO – Região 1 a 5 e 8

Tabela 2 – MGAO – Região 6 e 7

Anexo 7 – Orçamentos – Fontes de Preços

VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Contratação de empresa especializada em manutenção predial que possua infraestrutura profissional/operacional suficiente para garantir atendimento **PRIORITÁRIO** das manutenções preventivas e em simultâneo dos serviços corretivos e emergenciais, com qualidade e agilidade nas unidades da JT distribuídas nas regiões pelo prazo estimado de 60 meses, com possibilidade de prorrogação por mais 60 meses.

O contrato será estruturado da seguinte forma: pagamento integral ou de acordo com o Acordo de Nível de Serviços de equipe mínima mensal composta por 5 profissionais (MGCO) e 10 profissionais (MGAO). Esse serviço será responsável pelo gerenciamento local do Contrato em cada cidade, execução das intervenções ordinárias preventivas, corretivas, emergenciais e programadas, pela administração regional do contrato, pelas prestações de informações que se fizerem necessárias, pelo plantão técnico, pelas subcontratações necessárias, pelo gerenciamento local da mão-de-obra, pela elaboração de orçamentos, dentre outras. Já os materiais e serviços suplementares serão pagos de acordo com preços das tabelas SINAPI e SETOP e preços obtidos no PNCP, atendendo art. 23 § 2º da Lei 14.333/21.

É prevista a possibilidade de apropriação de mão de obra suplementar à prevista na equipe mínima, bem como de extraordinárias, para execução de alguns serviços de manutenção, tais como os de maior porte, os atendimentos emergenciais, contratação de profissional especializado, contratação de mão de obra para dar suporte quando a equipe mínima estiver envolvida em outras atividades e etc., **em especial para não causar prejuízos às preventivas**. Serviços extraordinários serão os executados pela equipe mínima fora do horário comercial.

VIII – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Qual o maior nível de parcelamento da solução? Justifique.

Não é tecnicamente viável o parcelamento da solução, em razão das características geográficas do Estado, com áreas e distâncias consideráveis, os contratos de manutenção predial já são divididos em regiões, onde se estabelece uma cidade polo para cada região. Na proposta de contratação em tela, contempla cada região. Portanto, afirma-se que solução já se encontra dividida, conforme disposto no **Anexo 8**.

IX – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (ECONOMICIDADE E MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS)

Quais são os benefícios diretos e indiretos a serem produzidos com a contratação?

Garantir a execução de serviços de manutenção predial das instalações prediais do TRT, auxiliando na promoção da integridade, funcionalidade, acessibilidade, conforto aos usuários e conservação do patrimônio público e na continuidade dos serviços jurisdicionais.

Qual é a descrição do objeto suficiente para que a contratação produza os resultados pretendidos pela Administração?

Contrato de manutenção preventiva e corretiva predial, adaptações e serviços comuns de engenharia, a ser firmado entre o TRT 3ª Região (Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região) e empresas especializadas, pelo período de 5 anos, para execução nos imóveis existentes e futuros do TRT,



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

próprios, alugados ou cedidos, de acordo com os lotes licitados, com fornecimento de serviços, mão de obra, materiais e demais insumos nas Regiões 1 a 8.

X – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Quais as providências para adequar o ambiente organizacional em que a solução será implantada? Quais serão os agentes responsáveis por esta adequação?

Não tem impacto no ambiente organizacional.

Será necessária a adoção de providências pela Administração, tais como: liberação de espaço, retirada de equipamentos, capacitação de servidores designados para fiscalização e gestão contratual?

A capacitação dos servidores em treinamentos técnicos voltados para o objeto do contrato é obrigatória, sendo inclusive requisito exigido pela [Resolução CSJT nº 365/23](#)

Qual a equipe e a estratégia de fiscalização adequada ao objeto?

A fiscalização será exercida por servidores do quadro da Secretaria de Gestão Predial através de inspeções a qualquer tempo.

Qual o prazo limite para a conclusão da contratação?

O contrato atual 23SR004 de manutenção predial da região 1 – Montes Claros terminará a sua vigência em 04 de janeiro de 2026, assim, espera-se como recomendável a data de **1º de novembro de 2025 os novos contratos estejam assinados, compatível com os procedimentos preliminares das novas contratadas**, considerando principalmente as alterações e aperfeiçoamento no termo de referência, agora inseridos critérios estabelecidos pela [Resolução 365 do CSJT, de 29/09/23](#), tendo em vista que as contratações anteriores, já não mais atendem de forma satisfatória à contratante, motivo que levará às rescisões das demais contratações de manutenção predial em curso, atualmente deficitárias em suas performances. Assim que aprovado pela autoridade competente, as contratadas serão notificadas sobre o interesse da Administração, das respectivas rescisões.

Quais as medidas necessárias para buscar a conclusão da contratação em tempo hábil?

Análise da DADM, DOF, AJLC, DG, SELC e encaminhamento para a fim de dar continuidade ao processo licitatório.

XI – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Será necessária alguma contratação correlata ou interdependente como: seguros, acréscimos em contratos já existentes, treinamentos, levantamentos específicos?

Não se aplica.

Haverá necessidade de contratação de serviços de suporte à fiscalização?



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Não será necessária a contratação de serviços de suporte à fiscalização.

XII – DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Quais os critérios de sustentabilidade aplicáveis ao objeto?

Deverão ser observadas as orientações técnicas contidas na IN nº 01/10 do MPOG/SLTI e no “Guia Prático” para inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações de bens e serviços no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, aprovado pela Resolução nº 103, de 25 de maio de 2012, pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, especificamente o item “III – OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA” e com ênfase em alguns itens:

- Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- Utilização de andaimes e escoras, preferencialmente metálicos, ou de material que permita a reutilização.
- A madeira utilizada na edificação ou no canteiro de obras deve ser de origem legal, e proveniente de manejo florestal responsável ou reflorestamento, comprovada mediante apresentação do certificado de procedência da madeira (DOF).
- Emprego de tintas à base de água, livre de compostos orgânicos voláteis, sem pigmentos à base de metais pesados, fungicidas sintéticos ou derivados de petróleo.
- Utilização de outros materiais em substituição ao asbesto/amianto.
- Utilização de equipamentos economizadores de água, com baixa pressão, tais como torneiras com arejadores, com sensores ou de fechamento automático, sanitários com sensores.
- Uso de válvulas de descarga com duplo acionamento.
- Para comprovação dos componentes da fórmula química dos produtos, observar a rotulagem, que é obrigatória e testada pela ANVISA.

Devem ser incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos?

Aquisição de lâmpadas LED, com selo PROCEL de economia e energia, armazenamento de lâmpadas atendendo os critérios ambientais e descarte somente através de empresas especializadas, com emissão de certificados.

Aquisição de pilhas ou baterias que contenham informações de que atendem ao art.14 da Resolução nº 401/2008- CONAMA e verificação da legislação local para o recolhimento de pilhas e baterias.

LEVANTAMENTO DE RISCOS ESPECÍFICOS:

Os riscos estão especificados no PTRC – Plano de Tratamento de Riscos Consolidado em documento Anexo.

A PARTIR DAQUI, APENAS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
AValiação ACERCA DA ESSENCIALIDADE E CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS

Trata-se de obrigação de fazer, ainda que eventuais entregas de materiais constituam obrigação acessória?

Sim. Trata-se de serviços de caráter continuado.

A necessidade do serviço se prolonga no tempo, de modo que não é possível vislumbrar seu encerramento, sendo necessária a renovação do contrato em longo prazo?

Sim.

Eventual falta do serviço pode impactar negativamente na atividade-fim da unidade ou em serviço por ela prestado?

Sim.

A solução ou parcela da solução constitui um serviço continuado?

Sim.

Em caso de serviço continuado, qual a duração inicial e a duração máxima do contrato?

- Duração inicial: 5 anos.
- Duração máxima: 10 anos.

XIII - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

A contratação é viável, justificada com base nos elementos técnicos anteriores. Imperioso ressaltar que as novas 8 contratações deverão substituir 8 contratações existentes, que já possuíam dotações orçamentárias para prestação de serviços de manutenção predial, continuada, havendo agora apenas adequação de dispêndio considerando o novo termo de referência. Não haverá dispêndio de despesas simultâneas entre as contratações anteriores e as decorrentes das novas contratações.

ASSINATURA DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Integrante demandante:	Unidades do TRT- 3ª Região – MG - Regiões: 1 a 8 GUSTAVO HENRIQUE MENDES GABRIEL DA SILVA:30835821 Gustavo Henrique Mendes Gabriel da Silva
------------------------	--

Assinado de forma digital por
GUSTAVO HENRIQUE MENDES
GABRIEL DA SILVA:30835821
Dados: 2025.06.30 06:38:58 -03'00'



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Integrante Técnico:	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> <p>HUDSON LUIZ GUIMARAES:30831237</p> </div> <div style="font-size: 0.8em;"> <p>Assinado de forma digital por HUDSON LUIZ GUIMARAES:30831237 Dados: 2025.06.25 11:20:22 -03'00'</p> </div> </div> <hr/> <p>Hudson Luiz Guimarães</p> <hr/> <p>Luís Fernando Resende Ferreira</p> <hr/> <p>Marcone Dimitrov Souza Cardoso</p> <hr/> <p>Rafael Weber Cirino</p>
Integrante Administrativo:	<hr/> <p>Filipe Rodrigo Cândido</p> <hr/> <p>Paulo Roberto da Silva Júnior</p> <div style="display: flex; align-items: center; margin-top: 10px;"> <div style="margin-right: 10px;"> </div> <div style="font-size: 0.8em;"> <p>Documento assinado digitalmente ROGERIA BEATRIZ DE OLIVEIRA BORGES Data: 26/06/2025 13:25:51-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p> </div> </div>

CADERNO 5 APROVAÇÃO DA SOLUÇÃO

Decisor:	Gustavo Henrique Mendes Gabriel da Silva
Unidade Demandante:	Secretaria de Gestão Predial
Equipe de Planejamento:	Hudson Luiz Guimarães Luís Fernando Resende Ferreira Rogéria Beatriz de Oliveira Borges
Integrante demandante:	Unidades do TRT 3ª Região – MG Regiões 1 a 8 – Usuários responsáveis por cada edificação
Integrante Técnico:	Hudson Luiz Guimarães, Marcone Dimitrov Souza Cardoso Rafael Weber Cirino
Integrante Administrativo:	Luís Fernando Resende Ferreira Rafael Weber Cirino Rogéria Beatriz de Oliveira Borges



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

MANIFESTAÇÃO DA AUTORIDADE DECISORA

Diante das informações prestadas, a solução delineada no Estudo Técnico Preliminar deverá apresentar melhores resultados entre as possíveis soluções para o problema indicado, sendo devidamente adequada aos interesses da Administração.

ASSINATURA DO DECISOR:

Assinatura: GUSTAVO HENRIQUE
MENDES GABRIEL DA
SILVA:30835821

Assinado de forma digital por
GUSTAVO HENRIQUE MENDES
GABRIEL DA SILVA:30835821
Dados: 2025.06.30 06:39:26 -03'00'

Nome: Gustavo Henrique Mendes Gabriel da Silva

Cargo: Secretário de Gestão Predial